



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

“A XEFE DESTE FOGO IZABEL CORREA FALEÇEO DE IDADE 50 ANOS”¹ A RESPONSABILIDADE FEMININA NOS DOMICÍLIOS DA SÃO PAULO COLONIAL (1798-1802)²

Giovanna Turato Citron Silva³

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo lançar um olhar para as mulheres recenseadas como chefes de domicílios nas Listas Nominativas de Habitantes da cidade de São Paulo, nos anos de 1798 e 1802. Para tal, foi realizada a transcrição paleográfica das fontes, bem como a coleta e o cruzamento de dados, os quais foram analisados sob a luz da bibliografia. A partir disso, empreendeu-se uma discussão acerca do conceito de chefia domiciliar, explorando a validade do uso da expressão “pessoa responsável pelo domicílio” como categoria analítica substituta à expressão “chefe de domicílio”. Em seguida, foram apresentados os dados levantados nos recenseamentos coloniais para esse nicho populacional, os quais apontam para uma presença significativa de mulheres responsáveis pelos próprios domicílios em uma sociedade marcadamente patriarcal como o foi a São Paulo colonial. Foram apresentados, também, seu perfil demográfico e suas estratégias de sobrevivência cotidiana. Os resultados indicam, portanto, que, apesar das limitações morais e materiais diante das quais se deparavam, muitas mulheres logravam encontrar caminhos para garantir sua sobrevivência, através de arranjos familiares não convencionais, da combinação de diferentes atividades econômicas, da agregação e da escravidão.

Palavras-Chaves: São Paulo colonial; Demografia histórica; Chefia feminina; História das mulheres.

INTRODUÇÃO

O número de domicílios chefiados por mulheres aumenta consideravelmente ao redor do mundo, em especial na América Latina. Diversos estudos apontam para essa tendência estatística como um fenômeno importante na constituição das sociedades latino-americanas, dado que se relaciona, em geral, à pobreza e à precarização das condições de vida enfrentadas nessas regiões⁴; contudo, ele pode ser observado desde o período colonial, como especificidade da colonização ibérica no território americano⁵.

¹ A referência é feita à lista nominativa de habitantes da cidade de São Paulo, ano de 1802, p. 15.

² Este trabalho é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida entre os anos de 2023 e 2024, a qual não se baseou no estudo da chefia feminina, mas do nicho populacional de mulheres livres solteiras, viúvas e casadas de marido ausente – dentro do qual estavam as mulheres recenseadas como chefes – na cidade de São Paulo, entre 1798 e 1802.

³ Universidade de São Paulo – USP. E-mail: giovanna.turato@usp.br ORCID: 0009-0005-7772-7958.

⁴ Para um arrolamento de autores e estudos que se debruçam sobre o tema, ver: Carvalho (1998).

⁵ Samara (1992, p. 167-177).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Tendo isso em vista, este trabalho tem por objetivo investigar as mulheres responsáveis por domicílios na cidade de São Paulo no fim do século XVIII e início do XIX, a fim de identificar e analisar seu perfil demográfico, suas estratégias de sobrevivência e sua posição na sociedade colonial, de natureza marcadamente patriarcal. Ademais, esse texto também busca realizar uma discussão acerca da expressão “chefe de domicílio”, pensando em sua validade como categoria analítica e sua existência como conceito, a partir de um debate que tem lugar nas Ciências Sociais, na Demografia e no Serviço Social, e é mobilizado, aqui, para pensar os estudos históricos coloniais.

Para atingir os objetivos propostos foram utilizadas as Listas Nominativas de Habitantes, recenseamentos produzidos pela administração portuguesa no Brasil. Foram selecionadas as listas de 1798 e 1802, referentes à cidade de São Paulo, para as quais dedicou-se uma significativa parcela do texto a fim de discutir a metodologia de trabalho e as limitações próprias à natureza da fonte.

A problemática que orienta esta pesquisa baseia-se na dualidade entre a moralidade cristã e a realidade material colonial, ou, nas palavras de Eni Samara, “[de] um lado, o discurso oficial e as regras prescritas no sistema de dominação e de outro, o cotidiano dos papéis sociais” (Samara, 1992, p. 170). Sob essa perspectiva, esse texto dialoga com a Demografia Histórica e com uma bibliografia que se debruça sobre as organizações domiciliares paulistas, composta por autores como Carlos Bacellar, Maria Marcílio, Eni de Mesquita Samara, Alzira Campos, Maria Beatriz Nizza da Silva e Maria Odila Dias.

Essa proposta justifica-se pela necessidade de explorar as dinâmicas sociais e econômicas que subsidiaram a atuação das mulheres no fim do período colonial, contrapondo-se à visão reducionista que as posiciona como figuras passivas, apartadas do processo produtivo e restritas ao espaço doméstico, subjugadas por um suposto patriarcado universal. O que os dados comprovam é que, ao contrário, essas mulheres encontraram formas de garantir sua sobrevivência apesar das limitações.

MÉTODOS

Este trabalho baseia-se no uso de Listas Nominativas de Habitantes, recenseamentos produzidos na América Portuguesa por ordem da Coroa no período de 1765 a 1836. As listas mais aperfeiçoadas contêm, para cada fogo, o arrolamento nominal de seus habitantes, com



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

informações como: nome, eventual patente militar ou cargo eclesiástico, idade, cor, estado conjugal, posição no domicílio em relação ao chefe dele, condição jurídica de liberdade, e um campo destinado a observações, ocupação econômica ou, ainda, rendimento anual em réis ou produção agropecuária.

A escolha das listas a serem utilizadas nesta pesquisa se deu com base nos seguintes critérios: sua disponibilidade no Arquivo Público do Estado⁶; a qualidade dos documentos, o que define a possibilidade de leitura; a presença das seis principais paróquias da cidade⁷, tendo em vista a comparação entre os anos; e, por fim, o grau de informação disponível em cada documento. Conforme indicou Marcílio, 1798 inaugura uma nova fase de produção dos recenseamentos coloniais, na qual os objetivos são “menos militares, e mais econômicos e de política populacional”⁸: este é o primeiro recenseamento da cidade em que as informações são mais detalhadas a nível individual.

No escopo desta pesquisa, foi realizada a transcrição paleográfica integral das listas de 1798 e 1802 para a cidade de São Paulo. A partir disso foi elaborado um banco de dados para cada ano, mediante a busca, nas transcrições, de mulheres solteiras, viúvas e casadas de marido ausente, livres e acima dos doze anos de idade. Com isso, tornou-se possível realizar o cruzamento dos dados inseridos, levantando uma grande quantidade de informações como raça, idade, questões econômicas e domiciliares para construir o perfil demográfico e socioeconômico desse nicho populacional.

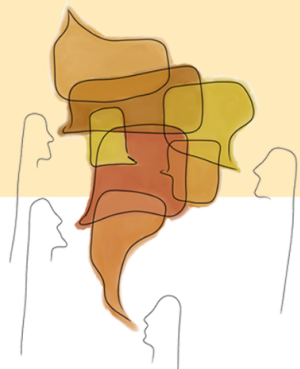
No entanto, é preciso ter-se em vista que a elaboração das listas não obedeceu a um padrão rígido. Ainda que os agentes recenseadores recebessem diretrizes sobre sua produção, cada um elaborou o documento a partir de seu filtro ideológico e, assim, a lista de cada paróquia requer uma análise individual cuidadosa⁹. Por exemplo, além de a grafia de determinados nomes alterar-se de um recenseador para outro, muitas pessoas declaravam sobrenomes diferentes a cada ano; ademais, existem muitos indivíduos homônimos e, em

⁶ As listas nominativas aqui utilizadas compõem o acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Elas estão disponíveis em formato digital, podendo ser encontradas em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao.

⁷ A esta altura, a cidade estava dividida entre: Primeira, Segunda e Terceira Companhias de Ordenanças; Paróquias de Nossa Senhora do Ó, Sant’Anna e Nossa Senhora da Penha.

⁸ Marcílio (2000, p. 38-39). A Ordem Régia emitida em 21 de outubro de 1797 por D. Maria I, alinhada à política administrativa preocupada em maximizar e racionalizar a produção colonial determinou novas formas de recensear a população, nas quais importava em maior medida, agora, a quantificação da produtividade, do consumo e o mapeamento dos preços.

⁹ Para uma crítica exaustiva à fonte, ver: Bacellar (2008).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

alguns casos, é quase impossível identificá-los em outra lista. Grande parte da população, por sua vez, raramente foi registrada com sobrenomes, o que dificulta ainda mais seu rastreamento ano a ano.

Sequer o registro da idade, às vezes, é suficiente para ajudar na identificação de um sujeito: na sociedade colonial, a contagem individual ou familiar da idade era muito imprecisa. Para as mulheres, era importante ter certa noção de quando se completariam os 12 anos, quando estariam legalmente aptas ao matrimônio; já para os homens, os 25 eram um marco, pois representavam a maioridade civil. Ora, para populações muito pobres, com baixas perspectivas de casamento, sem acesso ao voto ou a cargos públicos, essas informações eram praticamente irrelevantes. Em tempo, é necessário destacar que a cor declarada nas listas não representa apenas os traços fenotípicos dos indivíduos, dizendo respeito, em maior medida, a seu status jurídico na sociedade escravista. A quantificação realizada aqui segue os registros das listas nominativas, que classificam os indivíduos em brancos, pretos/negros, pardos/mulatos, por falta de alternativa.

A questão das ocupações também merece atenção. Se, por um lado, os recenseadores optavam, preferencialmente, por registrar apenas uma ocupação para cada domicílio, a partir de seu filtro pessoal e dos objetivos pragmáticos da produção das listas – a partir da década de 1790, majoritariamente preocupadas com o levantamento da produção agrícola –, por outro lado, a análise longitudinal dessa documentação revela que os registros ocupacionais se alteram em demasia de ano em ano. Por vezes uma mulher é descrita somente como agricultora, sendo indicada sua produção anual, enquanto no ano seguinte aparece que é apenas costureira, ou, ainda, lavadeira, quitandeira etc. Nesse sentido, é mais provável que essa divergência no registro indique a polivalência ocupacional dos indivíduos, e, mesmo, a rotatividade das ocupações, que não eram fixas ou rígidas, mas variavam conforme a demanda e as necessidades imediatas. Se a escolha do recenseador por registrar uma única atividade pode, em primeiro momento, maquiar a flexibilidade ocupacional, é o olhar atento do pesquisador que identifica, ao longo do tempo, o exercício de múltiplas atividades, onde reside, justamente, o caráter da vida popular na São Paulo de fins do século.

Levando ainda em conta que os critérios dos agentes recenseadores mudaram constantemente, não se deve esquecer que, por vezes, o registro de um fogo na lista não foi baseado em um núcleo familiar sob o mesmo teto, mas em uma unidade de produção



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

conjunta, na qual poderia haver mais de um domicílio, ou mais de um núcleo familiar, no mesmo terreno. Nesta pesquisa, portanto, toma-se o cuidado de não considerar cada fogo listado como uma residência, mas como unidade em que se identificou certa coesão; mais importante, toma-se o cuidado de não equiparar a família ao grupo doméstico. Como colocou Marcílio, as listas nominativas vão mais no sentido de propor um panorama do grupo doméstico do que da família colonial, a qual, como aponta a autora, não pode ser entendida como tendo no casamento formal sua base definidora¹⁰.

Também é preciso assinalar que, como constatou Bacellar ao comparar as listas nominativas de Itu com o Inventário de Bens Rústicos, os agentes recenseadores estavam preocupados com a ideia de chefia de um núcleo domiciliar, e não com a titulação ou posse da casa ou da terra. Nesse sentido, em muitos casos a situação de chefia podia se dar em terreno de terceiros; ou, ainda, indivíduos listados como chefes podiam ser administradores da propriedade de outrem (Bacellar, 2023); bem como, em dadas situações, alguns indivíduos poderiam ser listados como chefes de um fogo quando, na verdade, também eram listados como agregados em fogos alheios, no mesmo ano. Aqui, considera-se como responsável pelo domicílio todas as mulheres que foram recenseadas como chefe de fogo, já que não existem outras fontes disponíveis para cotejamento¹¹.

O cerne da fundamentação teórica da pesquisa aqui proposta está na Demografia Histórica, visto que procura analisar questões ligadas às dinâmicas da população paulistana e sua relação com a sociedade, partindo, também, de uma compreensão da família colonial e da organização domiciliar que possui espaço nos trabalhos clássicos de Marcílio, Bacellar, Samara e Campos, historiadores que se debruçaram sobre a história de São Paulo valendo-se dos métodos demográficos e encontraram uma multiplicidade de arranjos para além da tradicional família nuclear conjugal.

Diferentes autores têm destacado a centralidade da família – ou, talvez seja melhor dizer, da unidade doméstica – na formação da sociedade colonial, sendo a partir dela que as relações sociais, econômicas e políticas se construíram, dando forma a um sistema e moldando-o continuamente, à medida em que tentava adequar-se a ele. Nesse sentido, Samara

¹⁰ Marcílio (2000, p. 64-65).

¹¹ Aqui, não foi possível fazer o cotejamento das listas nominativas com o Inventário de Bens Rústicos de 1818, o qual recenseia as formas de propriedade da terra pela população, já que, para a cidade de São Paulo, o documento não foi localizado no Arquivo Público do Estado, onde se encontram os inventários das demais vilas e cidades da capitania.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

afirma que, se a família é uma instituição da qual depende o bom funcionamento das demais – já que ela é responsável pela reprodução social –, o entendimento das lógicas de organização domiciliares, em geral constituídas por núcleos familiares, leva à compreensão do desenvolvimento das sociedades¹².

Se, a partir da Restauração da Capitania de São Paulo, o Estado e a Igreja empreenderam um esforço maior para adequar a família paulista aos moldes da tradição europeia cristã, as peculiaridades da região, por sua vez, não foram vencidas, e perdurou o que Campos chamou de anomalia: grande quantidade de lares chefiados por mulheres, solteirice, concubinato e ilegitimidade da prole atingindo índices consideráveis, agregação de não familiares, exposição de crianças etc¹³. O ideal familiar e comportamental proposto pela elite acabou por chocar-se com as condições materiais existentes, em especial a pobreza não assistida; daí que as contradições da moral se tornaram explícitas e a prática levou à adaptação do quadro conceitual.

RESULTADO E DISCUSSÃO

1. A cidade de São Paulo no fim do século XVIII e início do século XIX

A cidade de São Paulo, apesar de ser a área mais urbanizada de toda a capitania, até meados do século XIX não havia sofrido intensas transformações em sua paisagem, especialmente se comparada às mudanças ocorridas no Rio de Janeiro¹⁴. Ainda assim, ela concentrou boa parte da riqueza declarada na capitania, sendo, consequentemente, uma das zonas de maior estratificação social e desigualdade econômica: as exportações rumo à Europa, vindas do interior, passavam pela cidade antes de irem ao porto de Santos ou ao Rio de Janeiro, servindo ela, também, como importante entreposto comercial no fluxo inverso¹⁵. Conforme colocou Dias, porém, essa cidade expandiu-se a partir do inchaço da pobreza, e não de um crescimento urbano da elite: até meados do século XIX a crescente população livre e pobre ocupou as zonas centrais, até ser repelida nos idos dos 1800 DIAS, 1995, p. 16-17. Foi esse contexto da cidade que levou à necessidade de maior diversificação das atividades dos setores

¹² Samara (1989, p. 7-8) e Campos (2003, p. 15) ainda afirma que a família reproduz o sistema e suas fissuras: daí a necessidade de olhar para os arranjos familiares e núcleos domésticos a fim de compreender a sociedade colonial.

¹³ Tal fenômeno foi demonstrado exaustivamente em: Campos (2003).

¹⁴ Marcílio (2014, p. 41s e 57-58).

¹⁵ Marcílio (2014, p. 60-62).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

secundário e terciário entre os séculos XVIII e XIX¹⁶, tarefa desempenhada pela população urbana, em geral por livres pobres.

Alguns autores têm ressaltado a importância dos setores urbanos, a saber, as zonas mais centrais de vilas e cidades, como fonte de absorção dessa população empobrecida, em especial daqueles mais marginalizados, à medida em que poderiam fornecer um leque de possibilidades ocupacionais maior do que em seus entornos rurais – mesmo em conexão com eles, já que também havia uma dinâmica comercial entre ambos os polos, movendo o fluxo de pequenas quitandas e vendas na cidade¹⁷.

Conforme afirmou Samara, na maior parte de toda a América Ibérica as mulheres foram maioria nas zonas urbanas durante os séculos XVIII e XIX¹⁸; na cidade de São Paulo o cenário demográfico não foi diferente, predominando a população feminina entre 1750 e 1850¹⁹. Dada a relativa instabilidade da economia colonial, a elevada mobilidade da população masculina e o leque expandido de atividades dos setores secundário e terciário nessas áreas, os espaços urbanos abriam mais oportunidades a essa população feminina que, dadas as limitações de um sistema marcadamente patriarcal, possuía restrições em relação a sua atuação econômica.

Na cidade de São Paulo – mas, também, no Oeste Paulista (Bacellar, 2001) e em diferentes centros urbanos – esse quadro demográfico deu lugar a fenômenos como uma proporção considerável de mulheres chefiando os próprios domicílios, o que se relaciona, diretamente, ao desenvolvimento da pobreza em um núcleo urbano em que a debilidade do Estado e da Igreja se fazia sentir de forma latente. Apesar de viverem através de uma economia majoritariamente informal, é preciso ter-se em vista que a atuação dessas mulheres e a desestabilização dos papéis de gênero idealizados pela moral cristã não configuraram anomalia e desorganização, mas, sim, atenderam às necessidades diante das quais elas se encontravam, constituindo a sua “organização de sobrevivência”²⁰.

Se está diante de uma cidade repleta de sujeitos que, precisando garantir a manutenção de sua existência, encontraram limitações de todo gênero na estrutura colonial.

¹⁶ Marcílio (2014, p. 178-179).

¹⁷ Samara (2005, p. 18 e 40).

¹⁸ Samara (2005, p. 40-42).

¹⁹ Marcílio (2014, p. 147s).

²⁰ Samara (2005, p. 41-42).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Mesmo para demais setores dessa camada social, a vida foi marcada pelo imprevisto do cotidiano, fazendo do reajuste a curto e médio prazo parte constante da vivência na cidade DIAS, 1995: a polivalência ocupacional, segundo Campos, foi a regra para boa parte dos moradores, que precisavam complementar sua renda de diferentes formas (Campos, 1984, p. 34).

2. Chefia feminina: o conceito e a categoria de análise

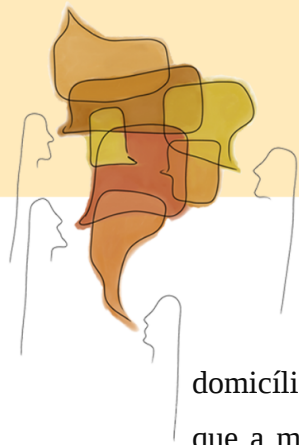
Ora, como apontou Sônia Oliveira (2002, p. 5):

[nos] grandes levantamentos estatísticos, para conhecer as relações entre os moradores de um domicílio é tradição que, primeiro, se identifique o chefe ou responsável ou a pessoa de referência e, depois, as pessoas restantes, de acordo com sua relação com o chefe ou pessoa responsável ou pessoa de referência.

Tal afirmação também é válida para os recenseamentos coloniais, nos quais os indivíduos foram dispostos seguindo essa mesma lógica e nomeados como tal: “xefe”, “esposa do xefe”, “filho/a do/a xefe”, “mãe do/a xefe”, e assim por diante. Contudo, a partir da década de 1980 os estudos censitários – em geral, contemporâneos – passaram a problematizar o conceito de chefia feminina (Finamori; Batista, 2022, p. 5), e já nas primeiras pesquisas lançadas na década de 90, então, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) substituiu o termo “chefe” por “pessoa de referência”, e, no ano 2000, por “pessoa responsável” (Oliveira, 2002, p. 5).

A partir disso, é preciso refletir sobre a validade dessas expressões no estudo do período que Marcílio chamou de proto-estatístico, isto é, a fase censitária entre 1765 e 1872. Ademais, é preciso repensar o emprego das expressões que se utiliza na Demografia Histórica tendo em vista que, como destacaram Sabrina Finamori e Maria Alice Batista, “[embora] os termos analíticos sejam, frequentemente, vistos como não marcados e neutros [...], eles próprios são corporificados e têm uma historicidade” (Finamori; Batista, 2022, p. 5).

Conforme indicou Luiza Carvalho, o uso do conceito de chefia feminina, nos estudos censitários ou mesmo fora deles, existe como uma espécie de “negação do padrão dominante” (Carvalho, 1998, p. 1), que seria a chefia masculina. Entretanto, apesar de ter servido ao propósito de indicar a possibilidade de que mulheres administrassem um domicílio, o conceito apresenta algumas questões. A primeira delas diz respeito ao que Carvalho chamou de “unidade de análise”: o conceito de chefia possui significações diferentes se aplicado ao



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

domicílio ou à família; mas, ao longo do tempo, não se viu fazer distinções a esse respeito, já que a maioria dos estudos que emprega a expressão equipara o indivíduo responsável pelo domicílio ao responsável pela família (Carvalho, 1998, p. 2).

É preciso enfatizar, como o fez Oliveira (2002, p. 8), que:

Família e domicílio são categorias essencialmente diferentes: a primeira se refere a um determinado tipo de agrupamento social ligado por laços de parentesco; a outra diz respeito à estrutura física que serve de moradia e abrigo às pessoas [...] A 'chefia' ou 'responsabilidade' por uma ou por outro, portanto, implica em atribuições e deveres diferenciados [...].

Uma mulher em posição de responsável pelo seu núcleo familiar, então, pode habitar em domicílio de terceiro, sendo sua dependente socioeconômica e não coincidindo sua responsabilidade familiar com aquela do domicílio. Outras situações, como, por exemplo, uma mãe que seja economicamente responsável por um domicílio cujo poder decisório seja de um filho homem, também apontam para a impossibilidade de conjugar a ideia de chefia da família com a de chefia do domicílio. A expressão chefia feminina, assim, torna-se limitada e insuficiente para dar conta da realidade.

Como apontou Oliveira, o conceito carrega em si a ideia de comando (Oliveira, 2002, p. 9) e, daí a segunda problemática levantada por Carvalho seria o critério que define quem ocupa essa posição de poder numa unidade doméstica. Seria a autoridade do indivíduo sobre a família ou o domicílio no que diz respeito à administração dos recursos e tomada de decisão ou seria, ainda, seu poder econômico pelo provimento com seus rendimentos? Poderia dizer respeito, também, a ambos (Carvalho, 1998, p. 2). Ademais, a ideia de chefia pode confundir-se com uma valorização da figura feminina que beire o conceito de matrifocalidade (Oliveira, 2002, p. 17), o qual, certamente, não teve lugar na sociedade que se estabeleceu no Brasil colonial.

Para Carvalho, tem sido uma tendência da política estatística do Estado optar por critérios advindos de uma normatização social pautada na centralidade da autoridade masculina e no matrimônio heterossexual. Consequentemente, essa postura afeta os resultados quantitativos à medida que influencia as respostas fornecidas aos agentes recenseadores e, mesmo, o formato dos censos, logrando projetar nas estatísticas um cenário que não coincide com a realidade, em especial em sociedades nas quais a família conjugal e nuclear não foi e não é um padrão consistente (Carvalho, 1998, p. 2; Oliveira, 2002, p. 22).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Sob essa perspectiva, a proposta de Carvalho não está em abandonar a definição de chefia domiciliar baseada na conjugalidade, mas, sim, na necessidade de:

Expand[ir] nosso referencial para além da concepção conjugal, mais especificamente, para além da ausência ou presença masculina no domicílio. [...] trabalhar bem menos com um referencial que aprisiona determinados significados e bem mais com um processo: a participação econômica feminina e a relação direta com a sobrevivência e reprodução dos domicílios (Carvalho, 1998, p. 12).

Assim, para além da substituição dos termos, é preciso adotar uma perspectiva que entenda como responsável por um domicílio não apenas a mulher sem parceiro, mas aquela que, mesmo com um parceiro, é a responsável pela unidade doméstica: a chefia feminina, portanto, não deveria definir-se pela ausência de uma figura masculina.

Quando se trata do período colonial, no entanto, algumas questões se interpõem entre a problemática do conceito e as soluções propostas. Nesse sentido, além daquilo que diz respeito à natureza das fontes, é essencial que o tópico seja tratado a partir da distinção entre conceito e categoria analítica: ora, uma coisa é a validade da categoria empregada pelo pesquisador contemporâneo a fim de compreender à melhor maneira possível seu objeto de pesquisa e, outra, é o conceito como consta na fonte e dentro de sua própria temporalidade, o qual foi uma categoria classificatória a seu tempo.

É preciso assinalar que as listas nominativas operavam a partir da terminologia de chefia, mas, para além disso, não há outras indicações do sentido do termo. Este é, portanto, um conceito de sua época. E, tendo em vista o ideário patriarcal do mundo colonial, há que se atentar para a importância do casamento: como demonstrou Campos, a lógica social vigente na capitania baseou-se em um conflito permanente entre uma moralidade proposta pela Igreja e pela elite socioeconômica e, de outro lado, as condições materiais cotidianas. Nesse sentido, o casamento formal – sacramento católico – foi um ideal a ser atingido, apesar de nem sempre ter se concretizado. Ainda assim, não deixou de ter seu valor moral: o casamento não era apenas uma via de distinção social, mas, para as mulheres, representava um horizonte normativo fundamental, conferindo legitimidade social à sua identidade ao inseri-las no papel esperado dentro da ordem patriarcal que se pretendia, a partir da predominância do catolicismo, hegemônica. Nesse sentido, é plausível considerar que o conceito de chefia estivesse de fato associado à ausência masculina, vacância do pai ou do marido, figuras de



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

autoridade simbólica e jurídica na vida das mulheres na sociedade colonial (Campos, 2003; Nazzari, 2001).

Sob essa perspectiva, a discussão da natureza da autoridade de uma chefe de domicílio acaba por perder sua validade em relação às fontes nominativas coloniais: apesar de ser uma questão válida e profícua para o debate da história da família, as fontes utilizadas, além de não permitirem uma abordagem mais aprofundada, não foram sequer elaboradas a partir dessa lógica²¹, mas sim daquela que remete à centralidade da figura paterna ou marital como responsável natural por uma unidade doméstica.

Pode-se conjecturar, então, que a expressão “xefe de fogo” fizesse referência à mulher responsável pelo domicílio da maneira mais genérica possível: provavelmente aquela que, não habitando com uma figura marital ou paterna, detinha certa autoridade sobre o núcleo doméstico e sobre a administração dos recursos, sendo a principal provedora. Em relação à metodologia, no entanto, é quase impossível identificar a natureza dessa posição sem o cotejamento de outras fontes, e, sem demais informações na lista nominativa, não há como presumir qual o grau de responsabilidade e de autoridade das mulheres recenseadas, nem mesmo se o eram da família ou do domicílio.

Sendo assim, entende-se possível operar com a expressão “pessoa responsável pelo domicílio” como categoria analítica que dê conta do fenômeno aqui estudado; não se pode ignorar, porém, que essas mulheres foram consideradas como chefes de fogo, pela fonte e por seus contemporâneos. É evidente, também, que mulheres casadas podiam ser responsáveis pelo provimento econômico de um lar, pela administração dos recursos e, ainda, coordenarem decisões ligadas à dinâmica familiar; mas, aqui, serão estudadas aquelas mulheres que, nas fontes, foram indicadas como chefes de fogo²², pelo fato de que são estas as evidências materiais que sobreviveram até o presente.

²¹ Embora essa lógica possa ter pautado – como segunda opção – o registro de determinados fogos.

²² De acordo com Marcílio (2000, p. 36), a elaboração das listas passou por duas formas diferentes de coleta de dados, a saber: o estabelecimento de um dia e local para que os responsáveis pelos fogos fossem declarar as informações ao agente recenseador; ou, ainda, a visita deste a cada um dos fogos.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

3. As mulheres responsáveis por domicílios na São Paulo colonial

A cidade de São Paulo, entre 1798 e 1802, apresentou uma média populacional de 22.808 habitantes²³; destes, em média 9.950 foram recenseados. Desse total, cerca de 6.420 eram indivíduos livres, dos quais aproximadamente 3.600 eram mulheres livres acima dos 12 anos de idade. Destas, 1.912 mulheres eram sós, isto é, solteiras, viúvas ou casadas de marido ausente²⁴. Elas representam em torno de 20% da população total, 30% da população livre e 53% da população livre feminina acima dos 12 anos²⁵.

Destas mulheres sós, em torno de 80% (1.530) eram solteiras, 14% (268) viúvas e 4% (77) casadas de marido ausente. Além disso, em torno de 60,7% foram recenseadas como brancas, enquanto 39,3% o foram como pardas ou negras. Se está diante de um nicho populacional formado majoritariamente por mulheres solteiras, brancas e jovens – perfil que apresenta variações a depender da posição no domicílio. Os valores obtidos para os anos de 1798 e 1802 indicam a seguinte composição:

TABELA 1 – Posição no domicílio para mulheres sós (Cidade de São Paulo, 1798-1802)²⁶

	Filhas	Chefes	Agregadas	Familiares	Recolhidas	Totais
Valores absolutos	643	549	477	181	62	1912
Valores relativos	33,6%	28,7%	25%	9,5%	3,2%	100%

Fonte: Listas nominativas de habitantes da cidade de São Paulo (1798 e 1802). Elaborado pela autora.

Nota-se, portanto, um percentual considerável de mulheres sós gerindo o próprio domicílio, fenômeno já apontado pela bibliografia. Ao contrário do que ocorria na Europa, na América Ibérica foram elevados os índices de lares sob a responsabilidade de mulheres; Samara, por sua vez, apontou que, no Brasil do século XIX, o percentual de domicílios femininos esteve em torno de 30% na maior parte das zonas urbanas²⁷.

²³ Marcílio (2014, p. 142, tabela 3).

²⁴ Samara (1989, p. 10) estabeleceu o conceito de mulheres sós para solteiras, viúvas e casadas de marido ausente que eram responsáveis pelo próprio domicílio. Aqui, estende-se a expressão para todas as solteiras, viúvas e casadas de marido ausente, independentemente de sua posição no domicílio.

²⁵ Os valores apresentados ao longo do texto são médias aritméticas dos valores obtidos para 1798 e 1802.

²⁶ As mulheres recenseadas como recolhidas estavam em recolhimentos da cidade, como o de Nossa Senhora da Conceição Divina e o de Santa Tereza. Dentre elas, há solteiras e viúvas; em geral, eram mulheres brancas de posses, já que era necessário um dote para ingresso no recolhimento.

²⁷ Samara (1992, p. 168-169).

III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

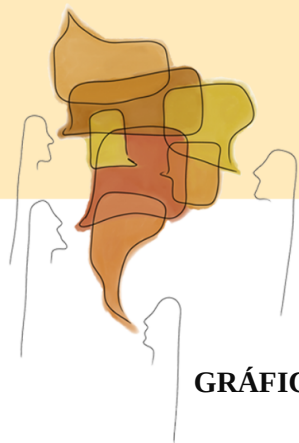
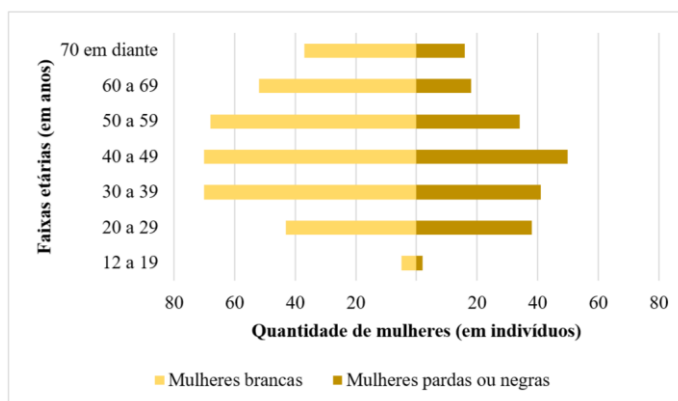


GRÁFICO 1 – Mulheres sós responsáveis pelos seus domicílios, por faixa etária e cor (Cidade de São Paulo, 1798-1802)



Fonte: Listas nominativas de habitantes da cidade de São Paulo (1798 e 1802). Elaborado pela autora.

Como se pode observar no Gráfico 1, das 549 chefes de domicílio recenseadas entre 1798 e 1802, cerca de 63% foram identificadas como brancas, 36% como pardas ou negras e 1% não possui a informação de cor. Além disso, cerca de 55,5% (304) eram solteiras, 36% (198) viúvas e 8,5% (47) casadas de marido ausente²⁸.

Os dados, todavia, podem ser analisados por outro ângulo: das cerca de 1.912 mulheres sós recenseadas nos anos de 1798 e 1802, eram responsáveis pelo próprio lar 73,6% das viúvas, 58% das casadas de marido ausente e apenas 20,4% das solteiras. Essa mudança na quantificação dos dados indica, portanto, que, embora a maior parte das recenseadas como chefe fosse solteira, isso se dá devido à predominância desse segmento no cômputo total das mulheres, e não pela maior facilidade que as solteiras teriam para obter e manter o próprio lar; ao contrário, os dados parecem indicar que essa situação era vivenciada, na realidade, pelas viúvas e casadas de marido ausente, mulheres que, em sua maioria, foram listadas como chefes. Daí, tem-se que, apesar de haver um número significativo de mulheres sós responsáveis por domicílios na cidade, os dados parecem apontar no sentido de que essas unidades domiciliares não foram formadas pela própria mulher, mas, na verdade, pelo casamento e sua posterior dissolução. Apenas uma análise longitudinal, porém, daria conta de levar adiante esta hipótese, ao buscar, nas listas anteriores, o momento de formação desses domicílios.

²⁸ Samara (1992, p. 176) apontou que, para o Brasil como um todo, durante o século XIX predominaram como mulheres responsáveis pelo domicílio as solteiras e casadas de marido ausente.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Essa proposição pode relacionar-se também ao perfil de cor dessas mulheres. Apesar de o percentual de brancas e o de pardas e negras recenseadas como chefes quase equivaler à distribuição racial das mulheres sós no geral, é importante ter-se em vista que esses dados variam de acordo com a posição dessas mulheres no domicílio. No caso das mulheres agregadas – que em sua maioria são aquelas de maior vulnerabilidade social –, por exemplo, 67,5% eram pardas ou negras, enquanto apenas 32,5% eram brancas. No caso das responsáveis por domicílio, portanto, a distribuição racial não deve ser entendida sem a combinação com sua situação socioeconômica e matrimonial. Como já apontou Bacellar para o Oeste Paulista, as brancas são, em geral, as mulheres mais numerosas dentre as listadas como chefe de fogo, o que denota a maior facilidade delas em estabelecer domicílio autônomo (Bacellar, 1990, p. 371). Mas, além disso, as brancas também são a maioria das mulheres que alcançam o matrimônio, como demonstrou Campos (2003, p. 89-159 e 251-263); isso pode guardar certa relação com os dados de estado conjugal apresentados acima.

Dos cerca de 1.465 fogos recenseados entre 1798 e 1802, 37,4% o foram como de chefia feminina. No entanto, contando com as mulheres recenseadas como chefes, cerca de 60% de todas as mulheres sós habitavam em domicílios sob responsabilidade feminina, o que demonstra sua importância no cotidiano desse nicho populacional.

Ademais, há que se notar que a maior parte dos domicílios sob responsabilidade feminina na cidade estava localizada na zona central, padrão que foi apontado como predominante na capitania²⁹. Se, nas listas de 1798 e 1802, cerca de 65% da população recenseada e dos fogos estava na zona central – a saber, Primeira, Segunda e Terceira companhias de ordenanças –, cerca de 71% das mulheres sós habitavam nessa região, onde também se localizavam em torno de 78% dos domicílios sob responsabilidade feminina. Há que se ter em vista que nas zonas mais urbanizadas havia mais possibilidades de ocupações econômicas, bem como um acesso mais amplo a outras estratégias de sobrevivência como, por exemplo, agregar a outros indivíduos.

Esses fogos de responsabilidade feminina apresentaram uma composição bastante variada, denotando a multiplicidade de arranjos domiciliares possíveis a essas mulheres.

²⁹ Bacellar (1990, p. 375); Dias (1995, p. 31) e Samara (1992).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Seguindo a tipologia proposta por Samara³⁰, as listas de 1798 e 1802 mostram que predominavam os domicílios aumentados (36,5%). Em seguida estão os domicílios desconexos (25,5%), em percentual quase equivalente ao dos nucleares (23%), embora superiores a estes em ambos os anos. Os domicílios singulares (12%), fraternos (2%) e extensos (1%), por sua vez, tiveram baixa expressividade.

Esses dados indicam que, em geral, os domicílios sob responsabilidade feminina não eram compostos por mulheres morando sozinhas: a sobrevivência dependia de organizações domiciliares que combinavam não apenas familiares, mas, principalmente, membros externos à família, como o demonstra a expressividade de fogos aumentados e desconexos. Na manutenção do cotidiano contava a presença de filhos, parentes, agregados e escravizados, em uma São Paulo cuja organização socioeconômica não fora pensada para as mulheres sós. Embora fosse preciso um estudo comparativo entre os domicílios femininos e aqueles sob responsabilidade masculina, os dados tornam possível inferir a importância dos sujeitos externos ao núcleo familiar, numa sociedade em que a família era a base das relações sociais e produtivas³¹. No período analisado, os domicílios femininos aumentados chegaram a representar 15% do total de fogos recenseados.

Os domicílios aumentados, no entanto, não devem ser confundidos com fogos compostos por muitos indivíduos. Como visto nas listas de 1798 e 1802, e como apontado pela bibliografia³², a moda de habitantes por domicílio estava em torno de 3, sendo a média normalizada 4³³. Mas, nas zonas periféricas – Nossa Senhora do Ó, Nossa Senhora da Penha e Sant’Anna –, as médias foram sempre maiores; mesmo a moda chegou a atingir, em 1802, por exemplo, 7 e até 8 indivíduos por fogo, o que não acontece no centro e que, talvez, possa ser explicado pela necessidade de mão de obra mais intensiva na roça.

Se Dias chamou a atenção para a importância do trabalho feminino na cidade a partir do fornecimento de produtos a preços mais acessíveis à população pobre³⁴, serviço

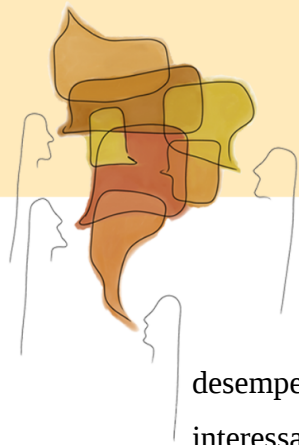
³⁰ Samara (1984, p. 2139) propôs a seguinte tipologia: domicílio singular: indivíduo só; domicílio desconexo: indivíduo/casal + escravos e/ou agregados; domicílio nuclear: casal ou casal/indivíduo + filhos e/ou netos; domicílio extenso: nuclear + parentes; domicílio aumentado: indivíduo/casal + filhos/netos/parentes + agregados/escravos/outros; domicílio fraterno: sem chefia definida.

³¹ Samara (1992, p. 175), que também o demonstrou.

³² Campos (2003, p. 256-257).

³³ A média normalizada, no cálculo efetuado aqui, exclui os fogos que possuem de 10 indivíduos para cima, já que, apesar de escassos, provocam uma distorção significativa na média final.

³⁴ Dias (1995, p. 25-27).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

desempenhado, em grande parte, por mulheres responsáveis por seus domicílios, é interessante que se pense também na importância dessas mulheres na absorção, ainda que instável, dessa população empobrecida através do mecanismo da agregação. Não se trata, portanto, apenas da luta pela garantia da própria sobrevivência, mas, também, pela adesão a estratégias que poderiam gerar benefícios mútuos com outros indivíduos.

Apesar de haver um leque considerável de ocupações disponíveis à população colonial, as atividades disponíveis às mulheres eram limitadas. Se, para a população da cidade de São Paulo no período entre 1750 e 1850, Marcílio encontrou aproximadamente 50 ocupações³⁵, para as mulheres listadas entre 1798 e 1802 esse número pode ser reduzido a cerca de 15. Nesse sentido, Samara afirma que a participação feminina no trabalho do se dava majoritariamente pela via informal, ligada, em especial nas zonas urbanas, ao setor de serviços. Em uma economia voltada para a produção de gêneros de subsistência que abastecessem toda a região Centro-Sul, e para a grande lavoura de exportação, as mulheres pobres que eram responsáveis por seus domicílios precisavam encontrar formas de obter rendimentos, em geral imediatos³⁶.

De modo geral, a partir da análise das listas de 1798 e 1802, o mais importante a se reter é que analisar estatisticamente o trabalho das mulheres responsáveis por domicílios encontra limitações na própria natureza da fonte. De toda forma, para o nicho populacional em questão predominaram as atividades têxteis (52%), seguidas do pequeno comércio, da pequena lavoura e da dependência de esmolas, declaração que foi significativa, atingindo quase 15% em 1798. Além disso, a maior parte dessas mulheres declarou mais de uma atividade, indicando que a combinação de ocupações foi estratégia importante, dada a instabilidade das atividades e a sazonalidade da lavoura³⁷.

Das cerca de 549 mulheres recenseadas como chefes entre 1798 e 1802, em torno de 49,6% agregavam outros indivíduos em seus lares, em sua maioria não familiares. Elas eram, em geral, brancas, mais velhas, predominando as solteiras (56,7%), seguidas de viúvas (37%). É interessante notar que, das agregadas, cerca de 50% estavam em lares femininos, que eram

³⁵ Marcílio (2014, p. 176-177).

³⁶ Samara (1992, p. 168-171).

³⁷ Carvalho (1998, p. 18) apontou a mesma necessidade de conjugar diferentes atividades para mulheres responsáveis por domicílios no Brasil contemporâneo.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

37,4% dos fogos: percebe-se, portanto, a atração que esses domicílios desempenhavam sobre essa população mais vulnerável³⁸.

Além disso, cerca de 40% das recenseadas como chefe declararam possuir escravizados, em geral de 1 a 5, com largo predomínio de apenas 1 cativo. O grupo dessas mulheres é formado quase que exclusivamente por brancas, em sua maioria entre os 40 e 69 anos e viúvas. Apenas 4 mulheres declararam possuir mais de 20 escravizados, todas brancas, viúvas e acima dos 70 anos de idade, representando antes uma exceção dentre as mulheres responsáveis pelo lar, em sua maioria empobrecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família não nuclear e não conjugal, ao invés de se constituir como anomalia no cenário demográfico da São Paulo colonial, foi, na realidade, relativamente comum, possuindo uma incidência significativa nos recenseamentos produzidos pela administração portuguesa e representando um arranjo domiciliar importante no cotidiano da população livre e pobre. Mais do que apenas sujeitos desajustados, parece que as mulheres responsáveis por seus domicílios encontraram diversas formas de ajustar-se a uma estrutura social desigual, garantindo sua existência.

O fenômeno da responsabilidade feminina pelos domicílios também não deve ser entendido como uma anomalia se, como atesta uma larga bibliografia, é estrutural em toda a América Latina, prolongando-se desde o período colonial até a atualidade. A existência histórica dessas mulheres, pouco investigada nos estudos acerca do período colonial, é parte constituinte da estrutura social vigente no território americano, sem a qual não se pode compreender o modo de vida da população livre e pobre.

Como afirmou Bacellar, é preciso atentar-se para “as estreitas relações entre Demografia e as condições materiais de sobrevivência” (Bacellar, 2001, p. 45): se as listas nominativas são evidências limitadas para se pensar as complexas questões ligadas à ideia de chefia e de responsabilidade domiciliar, lançando sobre elas um diminuto feixe de luz, não se deve desperdiçá-lo. Pois o que reluz sob ele é que existiram, na São Paulo dos séculos XVIII e XIX, condições materiais de sobrevivência para que muitas mulheres, apesar de qualquer

³⁸ Também o demonstraram: Samara (2005, p. 115-116); Campos (2003, p. 269- 270) e Dias (1995, p. 200-202).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

limitação moral e econômica de natureza patriarcal, pudessem constituir e manter seus domicílios, valendo-se do que estava a seu alcance. E continuam fazendo-o.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Estratégias familiares na expansão da agricultura paulista (séculos XVIII e XIX). In: MOTA, M.; SECRETO, M.; CHRISTILLINO, C. (org.). **A terra e seus historiadores: lições de história agrária na América Latina**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2023.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, MG, v. 14, n. 1, p. 113-131, 2008.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo, SP: Annablume; Fapesp, 2001.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A mulher em São Paulo colonial. **Espacio, tiempo y forma**, Serie IV, Historia Moderna, n. 3, p. 367-386, 1990.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **Casamento e família em São Paulo Colonial: caminhos e descaminhos**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2003.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. A configuração dos agregados como grupo social: marginalidade e peneiramento (o exemplo da cidade de São Paulo no século XVIII). **Revista de História**, São Paulo, SP, n. 117, p. 27-69, 1984.

CARVALHO, Luiza M. S. Santos. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 6, n. 1, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12032>. Acesso em: 14 jan. 2025.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1995.

FINAMORI, Sabrina; BATISTA, Maria. Categorias empíricas e analíticas: mães-solo e monoparentalidade feminina. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, PR, v. 27, n. 3, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/46283>. Acesso em: 14 jan. 2025.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo, SP: EdUSP, 2014.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)**. São Paulo, SP: EdUSP, 2000.

NAZZARI, Muriel. Sem perda da honra: a preservação da reputação feminina no Brasil colonial. In: SILVA, M. B. N. (org.). **Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 65-75.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

OLIVEIRA, Sônia. **Dimensões preliminares da responsabilidade feminina pelos domicílios:** um estudo do fenômeno a partir dos censos demográficos 1991 e 2000. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2002. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=21082>. Acesso em: 14 jan. 2025.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano:** Itu, 1780-1830. São Paulo, SP: EdUSP, 2005.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. **Anuario del VII IEHS**, Tandil, p. 167-177, 1992.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família:** São Paulo, século XIX. São Paulo, SP: Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SAMARA, Eni de Mesquita. A constituição da família na população livre (São Paulo no século XIX). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1984, São Paulo, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1984.